

RELATORIO ANUAL DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

AGÊNCIA DE: **SANTA TEREZINHA - SC**

Responsável legal: Diretor Presidente - Eng. Roberta Maas dos Anjos

As informações complementares sobre a qualidade da água distribuída e os demais serviços disponíveis à comunidade encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.casan.com.br, no escritório:

Escritório Central:

Av Bruno Pieczarka, 397 – Centro

CEP: 89342-000

Fone: (0xx) 47 3556 0515

Laboratório Regional Rio do Sul:

Rua: Ernesto Feldmann, s/n – Laranjeiras

Rio do Sul – SC

CEP 89160 000

Fone: (0xx) 47 3521 4801

Caro cliente, a água disponibilizada na sua cidade tem como Órgão Fiscalizador a Secretária Municipal da Saúde/ Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, localizado no endereço

Vigilância Sanitária: Av Bruno Pieczarka, nº130

Bairro: Centro

CEP: 89342-000

Email: amiltonsavitski@yahoo.com.br

Fone: (0xx) 47 3556 0044

No município de Santa Terezinha, a captação de água bruta é realizada no Ribeirão Beigher (classe 2), manancial pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Iraputã, e em um poço profundo/lençol subterrâneo, denominado Tifa Rogaleski. A unidade de tratamento é compatível com a classe em que se enquadra o manancial (classe 2).

A nascente é protegida parcialmente com mata secundária e parte desmatada, ao longo do leito não existe mata ciliar.

Fontes de possível contaminação: lagoas de criação de peixes, porcos, culturas de arroz irrigado, fumo, feijão, cebola, milho e pastagens.

A legislação que regulamenta a classificação do manancial é a Resolução CONAMA Nº 357/2005, tendo como órgão ambiental estadual responsável pelo seu

monitoramento o Instituto do Meio Ambiente – IMA, através de suas Coordenadorias de Desenvolvimento Ambiental – CODAM

CODAM/MAF

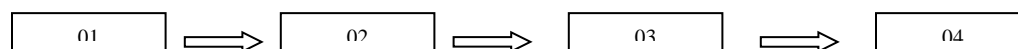
Rua Tenente Ary Rauen, 541 - Centro II Alto de Mafra - Mafra – SC

Fone (47) 3647-0400

E-mail: mafra@ima.sc.gov.br.

TRATAMENTO APLICADO NA ÁGUA DISTRIBUÍDA

O processo de tratamento aplicado para potabilização da água distribuída na região urbana do Município de Santa Terezinha, consiste de duas ETA (Estação de Tratamento de Água) sendo uma tipo tratamento Superficial/ Filtração lenta por gravidade e uma tipo Compacta Metálica Fechada que constam das seguintes etapas:



1. Captação e adução- sistema por gravidade da água bruta do manancial até a Estação de Tratamento.

2. Processo de Clarificação - Filtro Lento: (filtração)

A água bruta a fim de ser potabilizada passa por um tratamento de clarificação que consiste na sua passagem por um pré-filtro para retenção da parte das impurezas de maior tamanho, e posteriormente por um filtro de maior área onde a água passa mais lentamente, sendo que, ocorre retenção das impurezas de menor tamanho; eliminando parcialmente as bactérias existentes na camada superior do leito filtrante.

2. Processo de Clarificação - Compacta Metálica Fechada (coagulação, floculação, decantação, filtração):

A coagulação é a adição de agentes químicos provocando formação de aglomerados gelatinosos que englobam as impurezas contidas na água. Em seguida ocorre a floculação que é o aumento de volumes desses aglomerados. A decantação é a sedimentação dos flocos formados. Posteriormente, a água é filtrada para remoção dos flocos remanescentes das etapas anteriores.

3. Tratamento Químico: (desinfecção, fluoretação e correção de pH)

- Desinfecção: Etapa onde é adicionado cloro na forma gasosa para eliminar microorganismos que podem ser nocivos a saúde.
- Fluoretação: Etapa na qual o flúor é adicionado na água, para atuar na prevenção das cáries dentárias em crianças.

4. Distribuição e Reservação: Após tratamento a água é bombeada para o reservatório, e distribuída através de rede à população urbana do município.

**Resumo Anual da Qualidade da Água Distribuída
SANTA TEREZINHA**

Meses/Ano	Parâmetros	Cloro Residual	Cor Aparente	Turbidez	Coliformes Totais	E. Coli
Jan/21	Nº de análises realizadas	10	10	10	10	10
	Nº de análises fora do padrão	1	3	6	1	0
	Nº de análises em conformidade	9	7	4	9	10
Fev/21	Nº de análises realizadas	10	10	10	10	10
	Nº de análises fora do padrão	0	4	4	1	0
	Nº de análises em conformidade	10	6	6	9	10
Mar/21	Nº de análises realizadas	10	10	10	10	10
	Nº de análises fora do padrão	0	3	3	0	0
	Nº de análises em conformidade	10	7	7	10	10
Abr/21	Nº de análises realizadas	10	10	10	10	10
	Nº de análises fora do padrão	0	1	1	0	0
	Nº de análises em conformidade	10	9	9	10	10
Mai/21	Nº de análises realizadas	10	10	10	10	10
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	10	10	10	10	10
Jun/21	Nº de análises realizadas	10	10	10	10	10
	Nº de análises fora do padrão	0	3	3	1	0
	Nº de análises em conformidade	10	7	7	9	10
Jul/21	Nº de análises realizadas	10	10	10	10	10
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	10	10	10	10	10
Ago/21	Nº de análises realizadas	10	10	10	10	10
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	10	10	10	10	10
Set/21	Nº de análises realizadas	10	10	10	10	10
	Nº de análises fora do padrão	0	5	4	1	0
	Nº de análises em conformidade	10	5	6	9	10
Out/21	Nº de análises realizadas	10	10	10	10	10
	Nº de análises fora do padrão	0	4	3	0	0
	Nº de análises em conformidade	10	6	7	10	10
Nov/21	Nº de análises realizadas	10	10	10	10	10
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	10	10	10	10	10
Dez/21	Nº de análises realizadas	5	5	5	5	5
	Nº de análises fora do padrão	1	0	0	1	0
	Nº de análises em conformidade	4	5	5	4	5
Nº de análises exigidas pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 de 28/10/17 do MS		10	10	10	10	10
Nº de análises exigidas no Anexo XX da Portaria GM/MS de Consolidação nº 5 de 28/10/17, alterado pelas Portarias GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021 e GM/MS nº 2.472, de 28 de setembro de 2021”		5	5	5	5	5
VMP – Valores Máximo Permissíveis pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 de 28/10/17 do MS		0,2 a 5,0 mg/L Cl₂	Até 15,0 uH	Até 5,0 NTU	1 amostra fora do padrão	Ausência em 100 mL em 100% das amostras

O controle da água distribuída é realizado através de análises executadas em laboratórios próprios da CASAN e/ou terceirizados seguindo conforme o preconizado pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 de 28/10/17 do Ministério da Saúde, alterado pela Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021 e pela Portaria GM/MS nº 2.472, de 28 de setembro de 2021, sendo que no período todos os resultados foram satisfatórios, exceto os parâmetros cloro residual livre, cor, turbidez e Coliformes totais. Informamos que o procedimento padrão foi realizado para a correção do problema.

OBS: Os Síndicos ou administradores de condomínios deverão divulgar o presente relatório anual aos condôminos. (Art. 7º do Decreto 5440/2005).

Significados dos Parâmetros:

Cloro: agente químico utilizado para eliminar microorganismos.

Cor aparente: indica presença de substâncias dissolvidas que deterioram a qualidade estética da água.

Flúor: agente químico auxiliar na prevenção contra cárie dentária.

Turbidez: indica presença de partículas em suspensão na água.

Coliformes totais: microorganismos cuja presença na água não necessariamente representa problemas para a saúde.

E. coli: microorganismos indicadores de poluição fecal

Procedimento padrão: ajustes técnicos nos processos de dosagens dos produtos químicos e na remoção da água em desconformidade na rede de distribuição.

Lei 8078/1990 – Código de Defesa do Consumidor

Art. 6º - São direitos básicos do consumidor

Inciso III: a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de qualidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

Art. 31 – A oferta e apresentação de produtos e serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

“Cabe a CASAN operar, manter e exercer o controle de qualidade da água dos sistemas de abastecimento sob sua responsabilidade conforme consta no Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, alterado pela Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021 e pela Portaria GM/MS nº 2.472, de 28 de setembro de 2021.”